



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

KEILLY PAGELS BARBOSA RODRIGUES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ANIMALISTA: QUESTÕES TEÓRICAS
E UMA DISCUSSÃO SOBRE A SITUAÇÃO DOS ANIMAIS
ERRANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA
2018

KEILLY PAGELS BARBOSA RODRIGUES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ANIMALISTA: QUESTÕES TEÓRICAS
E UMA DISCUSSÃO SOBRE A SITUAÇÃO DOS ANIMAIS
ERRANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso de
graduação, do curso de Pedagogia
da Universidade Federal da Paraíba-
UFPB, como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Ms. Santuza
Mônica de França P. da Fonseca.

JOÃO PESSOA
2018

R696e Rodrigues, Keilly Pagels Barbosa.

Educação ambiental-animalista: questões teóricas e uma discussão sobre a situação dos animais errantes na Universidade Federal da Paraíba / Keilly Pagels Barbosa Rodrigues. - João Pessoa: UFPB, 2018.

40f.

Orientadora: Santuza Mônica de França P. da Fonseca
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação ambiental-animalista. 2. Senciência. 3. Abandono de animais. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37:502(043.2)

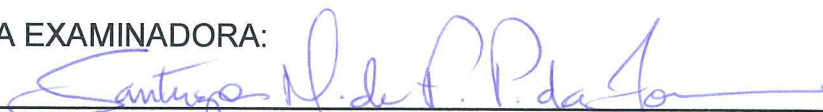
KEILLY PAGELS BARBOSA RODRIGUES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ANIMALISTA: QUESTÕES TEÓRICAS E UMA
DISCUSSÃO SOBRE A SITUAÇÃO DOS ANIMAIS ERRANTES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Monografia apresentada à Universidade Federal da Paraíba como requisito à obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia com Aprofundamento na área de Educação Especial.

Monografia aprovada em: 15/06/2018.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.ª MS. Santuza Mônica de França P. da Fonseca – CE/UFPB

Prof. MS. Francisco José Garcia Figueiredo – CCJ/UFPB

Prof. MS. Luciano de Sousa Silva – CE/UFPB

JOÃO PESSOA
2018

Dedico este trabalho a Deus, à minha família, a Marcell Dativo e aos tantos animais que ainda sofrem os efeitos da crueldade humana desmedida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Prof.^a Santuza Mônica de França P. da Fonseca, pela sabedoria e paciência com que me guiou nesta trajetória.

Aos meus colegas de turma: Dilma Santos e Guto Holanda pelos tantos momentos de aprendizagem e alegria compartilhadas.

À Coordenação do curso, pela cooperação.

Ao meu companheiro, Marcell Dativo, que segue ao meu lado, que me incentiva a ser alguém melhor e mais produtiva a cada dia e que me impulsionou a concluir essa etapa acadêmica.

À D. Wilma, exemplo de mulher e docente comprometida com a vida e com a educação de qualidade.

Gostaria de deixar registrado também o meu reconhecimento à minha família, em especial à minha mãe Cléia, minha referência maior de amor, fé, e resistência, ao meu primogênito Kayan e ao meu libriano Levi, pois acredito que sem a colaboração e o encorajamento deles seria muito difícil vencer esse desafio.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

“A libertação animal também é uma libertação humana”.
(Peter Singer, 1975)

LISTA DE SIGLAS

APAAB – Associação de Proteção Animal Amigo Bicho

CBiotec – Centro de Biotecnologia da UFPB

CCJ – Centro de Ciências Jurídicas da UFPB

CCZ – Centro de Controle de Zoonoses

CDBA/UFPB – Comissão de Direito e Bem-Estar Animal e Enfrentamento do Problema de Abandono de Animais Domésticos nos *campi* da UFPB.

CONSUNI – Conselho Superior Universitário

NEJA/UFPB – Núcleo de Extensão em Justiça Animal/UFPB

ONU – Organização das Nações Unidas

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

3.1. REVISÃO HISTÓRICA

3.2. ANTROPOCENTRISMO X BIOCENTRISMO

3.3. MOVIMENTO DO BEM-ESTAR X MOVIMENTO ABOLICIONISTA

4. O DIREITO DOS ANIMAIS À LUZ DA LEGISLAÇÃO

4.1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 225 e CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DA PARAÍBA – ARTIGO 227

4.2. LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS – 9.605/98

4.3. CÓDIGO DO DIREITO E BEM-ESTAR ANIMAL DA PARAÍBA

5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ANIMALISTA

5.1.O PAPEL DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA CONSCIENTIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS

5.2. O PAPEL DAS ONG's E ENTIDADES DE PROTEÇÃO ANIMAL JOÃO PESSOA/PB

6. A PROBLEMÁTICA DO ABANDONO NO CAMPUS DA UFPB

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.

REFERÊNCIAS

RESUMO

A presente pesquisa caracteriza-se como um trabalho teórico, cuja proposta é discutir, mesmo que brevemente, a questão ambiental-animalista à luz de alguns referenciais que tentam quebrar o paradigma antropocêntrico e refletir sobre o cenário contemporâneo e cultural numa outra perspectiva, a do biocentrismo. O trabalho surge a partir de um novo olhar sobre a natureza e os direitos dos animais, da necessidade de compreender este momento histórico que repercute pelo mundo inteiro e da importância de entender sobre a sciência e o fato desta poder alavancar o combate aos maus-tratos e abandono dos animais. Para isso, contextualizamos, historicamente, as relações estabelecidas entre os homens e os animais e a forma como estas se desenvolveram ao longo da história; revisamos o direito dos animais à luz da legislação brasileira e estadual, bem como a lei de crimes ambientais, e apresentamos o Código de Direito e Bem-Estar Animal da Paraíba, recentemente aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa do estado. Discutimos sobre o papel das ONG's e das entidades protectionistas dos animais, bem como a relevância do tema educação ambiental-animalista ser trabalhada nas escolas de educação básica. Por fim, fazemos uma panorâmica da questão do abandono de animais no campus I da UFPB, e no Centro de Educação, pensando na necessidade da discussão da temática no âmbito da universidade como um todo, envolvendo todos os segmentos que a compõem.

Palavras-chave: Educação ambiental-animalista. Sciência. Abandono de animais.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O direito à vida, garantido constitucionalmente como princípio fundamental do ser humano, precisa ser, cada vez mais, pensado como um desdobramento para a garantia da preservação da vida animal.

Para entendermos mais sobre a problemática dos maus-tratos e abandono dos animais faz-se necessário avaliar a colaboração de dois fundamentos: autonomia e alteridade. A autonomia é definida como a “capacidade da vontade humana de se autodeterminar segundo uma legislação moral por ela mesma estabelecida” (Kant, 1754) ou seja, a capacidade de governar-se pelos próprios meios. Já a alteridade é descrita como a “natureza ou condição do outro, qualidade que se constitui através de relações de contraste” (Dicionário Online de Português, 2018) ou também a capacidade de se colocar no lugar do outro.

Será possível pensar numa ligação equilibrada desses dois princípios como um instrumento a fim de favorecer a efetivação da integridade não só humana mas animal numa perspectiva geral, por esses contemplarem dois âmbitos que se diferem e ao mesmo tempo complementam-se: a individualidade e a coletividade?

A vida animal, há tempos, está atrelada à vida humana e mesmo que o contexto, por vezes, favoreça todas as formas humanas e em outros momentos encontre-se apoiado apenas no valor da vida humana, essa relação, na maioria das vezes, esteve pautada na dominação do homem sobre as demais espécies e na servidão dessas a ele. Quando se pensa em autonomia humana, logo vem à tona o pensamento sobre independência e liberdade para tomar-se decisões. Por vezes, esquece-se que atitudes originárias da autonomia deveriam vir acompanhadas da responsabilidade por esses atos. Será que o homem sente-se responsável pela vida animal a qual ele domina e da qual se utiliza para o bem próprio?

A alteridade revelar-se-ia no reconhecimento do outro e principalmente, no respeito as mais diversas formas de vida animal, assegurando a continuidade existencial com integridade e dignidade.

Cogita-se então a possibilidade de que autonomia e alteridade seriam utilizadas como “balizas” à luz da esfera normativa dos direitos fundamentais também da vida animal não-humana, segundo Aguiar e Meireles, em artigo publicado, este ano. É através destes que reconhecer-se-ia a criação e amplitude de novos direitos, contemplando novas demandas e necessidades sociais, no âmbito ambiental-animalista.

E é a partir dessas e de outras considerações que a reflexão sobre uma educação ambiental-animalista fez-se surgir, assim como seu papel no fomento de uma conscientização sobre o direito dos animais pela sociedade e claro, o incentivo ao cuidado, à proteção e ao bem-estar animal, longe de toda e qualquer crueldade humana.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa surge a partir de um novo olhar e entendimento sobre a natureza e os direitos dos animais. Neste momento histórico e que repercute pelo mundo inteiro a compreensão da senciência dos animais, toma enorme vulto a necessidade do estudo.

A pesquisa é a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade (MINAYO, 2002). É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a coloca frente a realidade do mundo. Como afirma Minayo (2002) a pesquisa vincula pensamento e ação. Nesse sentido a autora escreve que nada pode se transformar num problema científico se não se originar de um problema da vida prática. Toda investigação inicia por uma inquietação, uma dúvida ou questão que vai se articular com os conhecimentos anteriores para ver nascer novos referenciais.

No entender de Gil (2008) a pesquisa bibliográfica tem como base os materiais já elaborados, principalmente de livros e artigos científicos. Muito embora todos os trabalhos de pesquisa se valem das fontes bibliográficas, há trabalhos que são desenvolvidos exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

A presente pesquisa caracteriza-se, desse modo, como um trabalho teórico, cuja proposta é discutir, mesmo que brevemente, a questão ambiental-animalista à luz de alguns referenciais que tentam quebrar o paradigma antropocêntrico e em que se abordam o cenário contemporâneo e cultural numa outra perspectiva, o do biocentrismo.

Trazemos alguns conceitos de importantes pesquisadores a exemplo de Darwin, Singer, Reagen, Levai, Gordilho, entre outros, e que tem sido utilizados em artigos científicos, em manuais e códigos de defesa e bem-estar animal, notadamente no estado da Paraíba.

Procedemos a uma revisão bibliográfica sobre a temática e que considerou trabalhos relevantes e a análise de alguns materiais (livros, artigos, monografias) e permitiram uma panorâmica do que temos hoje em termos de

leis que protegem os animais e das penalidades aplicadas àqueles que praticam atos de crueldade e maus tratos a quaisquer espécies de animais não humanos.

A partir deste entendimento elegemos nosso problema de pesquisa: O que representa a educação ambiental-animalista na contemporaneidade?

As questões de pesquisa decorrem do nosso problema e são as seguintes:

- Quais são os direitos dos animais garantidos pela legislação brasileira?
- Como podemos mudar a situação de abandono de animais domésticos, especificamente no Centro de Educação da UFPB?
- Como a Pedagogia pode trabalhar as questões ambientais-animalistas?

O objetivo geral do trabalho é apresentar teoricamente, mesmo que de forma breve, as mais recentes conquistas no campo da compreensão do direito animal e da educação ambiental-animalista. Os objetivos específicos decorrem dessa discussão:

- Conhecer algumas teorias animalistas e trazê-las para o debate;
- Problematicar a questão da educação ambiental-animalista;
- Propor políticas internas para os animais não-humanos dentro do campus da UFPB.

Para atender a estes objetivos, organizamos o texto que apresenta o estudo da seguinte forma: as considerações iniciais que introduz o tema e apresenta o trabalho; o segundo capítulo no qual apresentamos o percurso metodológico da pesquisa e descrevemos a construção do caminho que nos permitiu estudar o objeto delimitado. No terceiro capítulo, abordamos o cenário histórico e contemporâneo dos direitos dos animais à luz das teorias emergentes; no quarto capítulo revisamos o direito dos animais à luz da legislação brasileira e estadual, bem como a lei de crimes ambientais, e apresentamos o Código de Direito e Bem Estar Animal da Paraíba, recentemente aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa do estado. No quinto capítulo, intitulado educação ambiental-animalista, comentamos sobre o papel das ONG's e das entidades protecionistas dos animais bem como a relevância do tema ser trabalhado nas escolas de educação básica. No sexto capítulo, tratamos da

questão do abandono de animais no campus I da UFPB e pensamos na necessidade da discussão da temática no âmbito da universidade como um todo, envolvendo todos os segmentos que a compõe. Por fim, apresentamos as considerações finais com as reflexões que julgamos relevantes sobre o tema abordado, levando em consideração o recorte breve e introdutório deste estudo.

3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Em termos práticos, durante séculos, o domínio do animal humano sobre os outros animais externaliza-se de maneira tirana, através de práticas, que segundo Singer (1975), “devem ser compreendidas como manifestações da ideologia dominante da nossa espécie para com os outros animais”.

Para compreender essas atitudes, uma espanação histórica é indispensável, pois para muitos de nós estas já estão enraizadas e aceitas como corretas e naturais, por gerações e gerações, mesmo que baseadas em concepções religiosas ou morais ou metafísicas.

3.1. Revisão Histórica

Analisando a relação animal humana e não-humana, desde os primórdios, tomemos como primeiro ponto a criação do mundo na perspectiva religiosa. A bíblia, livro sagrado da doutrina cristã, afirma que Deus fez o homem “à sua imagem e semelhança”, o que faz considerar-se que ao homem atribuiu-se uma posição especial, de destaque no universo, pois de todos os seres vivos, ele é aquele que mais se aproxima de Deus. E aos seus pés o mundo todo, incluindo os animais, para servir aos seus próprios interesses. Neste mesmo livro religioso, encontra-se várias outras “passagens” em que, claramente, constata-se a permissão e por que não dizer obrigação para matar várias espécies animais, fosse como alimento para as famílias, como também para sacrifícios, firmando assim a devoção do povo a Deus.

Uma outra visão das relações que o homem estabelece com os animais destaque-se no pensamento ocidental, porém este não é uniforme e oscila enquanto perpassa por algumas vertentes.

Uma das doutrinas básicas tinha Pitágoras (570 a.C. - 495 a.C.) como fundador. O mesmo era vegetariano e incentivava o tratamento respeitoso aos animais, pois acreditava que as almas dos homens, quando mortos, migravam para esses, voltando para perto dos seus entes mais próximos, como animais

de estimação. Mas, a escola que mais se destacou foi a de Platão (427 a.C. - 347 a.C.) e seu discípulo Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.). Estes defendiam que os animais existiam para servir às vontades humanas. Mas o interessante é que essa defesa estava pautada na afirmativa de que para Aristóteles o homem também era um animal que servia a outro homem, mesmo sendo racional. Se existia relação de dependência ou mesmo “escravidão” entre os homens, podendo estes serem utilizados como instrumentos vivos de outros homens, então por que os animais não-humanos não podiam assumir essa função?

3.2. Antropocentrismo x Biocentrismo

O meio ambiente há décadas vem sendo alvo de discussão e reflexão do ser humano. Preservar este meio no qual vivemos passou a ser preocupação ética e questão de sobrevivência digna. A terra, o ar puro, a vegetação e a água são elementos vitais da sobrevivência de todos os seres vivos e, sem eles, é impossível a qualidade da vida no planeta.

Países desenvolvidos no Ocidente e no Oriente buscaram soluções e desenvolvem permanentemente estratégias para preservar a natureza e garantir a vida de todos. Em um país continental de grandes dimensões como o Brasil, recortado de florestas e de grandes rios, parece impossível pensar que a água, um dia, poderá faltar ou a floresta ser dizimada pela extração irresponsável.

Encontros mundiais, internacionais e nacionais, simpósios e fóruns são realizados para problematizar as mais importantes questões envolvendo o meio ambiente, desde a escassez da água potável, a poluição por plásticos dos mares e oceanos e a destinação dos lixos. Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, as mudanças climáticas e a degradação ambiental tem sido impulsionadoras da migração humana. Uma problemática a ser considerada para 2018, ainda segundo a ONU, será a solução que as cidades

do mundo encontrarão para a redução de gases do efeito estufa e como encontrarão formas inovadoras de se adaptar às mudanças climáticas. Momentos importantes nessa frente será a Conferência de Cidades Resilientes que ocorre em abril em Bonn, na Alemanha, e a Cúpula de Ação Global para o Clima, que será realizada em setembro em São Francisco, nos Estados Unidos.

Inserido neste contexto ambiental encontram-se os animais, os bichos de várias espécies que são também os habitantes do planeta e que dividem com o homem essa permanência e luta pela subsistência. Eles assim como a água, o ar e a terra findaram sendo subjugados pelo homem patriarca e dominador, seja no cativeiro, para o entretenimento ou para o sustento humano.

O Antropocentrismo é uma doutrina filosófica que coloca o homem como o centro de todos os processos de desenvolvimento do mundo e o mesmo é considerado o protagonista das relações com os demais seres vivos por ser considerado o único capaz de agir com racionalidade, de forma ética e moral. Este modelo antropocêntrico de se relacionar com a natureza e seus elementos definiu os rumos da humanidade e colocou o humano no ápice da pirâmide ambiental.. O ser humano passa a ser o elemento decisório de tudo; a ele e por ele é dado o direito de subjugar a natureza e os outros seres não humanos para suprir as suas necessidades básicas, pois na perspectiva antropocêntrica o mundo e todas as criaturas que nele habitam são de benefício maior dos seres humanos.

No entanto, há uma nova ética que se delineia a partir de um outro entendimento. O antropocentrismo começa a apresentar uma série de fissuras no que se refere ao conhecimento dos seres humanos e não humanos. As características que antes pareciam ser exclusivas da humanidade, como a razão, a linguagem, a cultura, a consciência de si etc. tem sido comprovadamente encontrada em outras espécies, notadamente entre os grandes primatas (GORDILHO, 2012).

Há cerca de 160 anos a teoria de Charles Darwin (1809-1882) provocou uma importante revolução científica que colocou em discussão a teoria aristotélica da imutabilidade, a qual compreendia o universo como um ente hierarquizado e permanente. A obra *A Origem das Espécies por Meio da Seleção Natural*, publicada em 24 de novembro de 1859, desmonta as concepções deterministas sobre a natureza humana e a natureza dos demais seres vivos. Em 1870, o naturalista inglês publica *A Origem do Homem*, seguido em 1872, de *A Expressão das Emoções no Animal e no Homem*, em cuja obra Darwin demonstra empiricamente que as diferenças anatômicas entre os homens e os animais são apenas de grau e não de essência.

A própria Constituição Federal de 1988 estabeleceu que o meio ambiente deve manter-se ecologicamente harmônico, sendo este um direito fundamental das atuais e futuras gerações e já que essa secção de direitos está relacionada à dignidade humana, faz-se indispensável refletir se esse atributo – dignidade – é algo encontrado apenas na vida humana ou estende-se a outras formas de vida, identificando assim os animais não-humanos. Para isso, o posicionamento tanto da doutrina quanto da jurisprudência devem estar pautados no biocentrismo, garantindo a proteção ambiental e impondo deveres ao poder público e à sociedade.

O Biocentrismo é uma teoria revolucionária, que tem a vida como centro do universo e constata o homem como mais um elemento da natureza. Esta acaba por articular-se com outros elementos culturais, geopolíticos e socioeconômicos que contemplam uma ideologia em que a natureza não deve e nem pode ser explorada indefinida e indevidamente. Por isso, fica tão evidente a necessidade de construir novos caminhos onde os ideais biocêntricos impulsionem a conservação dos recursos naturais para as futuras gerações e a preservação da continuidade e do crescimento de todos os seres vivos da natureza.

3.3. Movimento do Bem-estar x Movimento Abolicionista

É de extrema importância distinguir a ideia central que conduzirá o tratamento mais adequado aos animais: deverão estes ser resguardados em virtude de sua utilidade para satisfação das necessidades humanas ou essa proteção deve ser oferecida a partir de um valor que lhe é intrínseco?

Atualmente, é possível fazer referência a duas vertentes que se dedicam ao tema de proteção ambiental na perspectiva animal: o Bem-estar Animal e o Abolicionismo Animal.

Os teóricos do movimento denominado Bem-estar compreendem a necessidade de estabelecer uma ética sobre a qualidade de vida dos animais não-humanos e acreditam que eles possam ser usados para alguns fins, desde que seja assegurado o direito ao não-sofrimento animal.

Para Singer (2002), o conceito de senciência está relacionado com a percepção da consciência e da sensibilidade em seres não humanos e sua defesa apoia-se nas sensações e nas reações despertadas pelas interações com outros animais (principalmente o homem) e na capacidade dos animais sentirem dor e prazer. Segundo Singer (2002), que é o representante do movimento do Bem-estar Animal, aquele que experimenta o sofrimento deve ter direitos morais e atributos como a linguagem falada e a racionalidade não seriam imprescindíveis para definir aqueles que devem merecer cuidados.

O Especismo, termo muito utilizado por Singer (2002), explica sobre valores ou direitos atribuídos a determinadas espécies e pressupõe que os interesses desses seres são menores ou maiores dependendo de qual espécie eles são. Alguns defensores do bem-estar e direitos dos animais consideram que existam alguns interesses semelhantes a todas as espécies, como por exemplo: dignidade e integridade e estes devem ser respeitados. Em uma entrevista, há, aproximadamente, 5 anos atrás, Singer comparou o Especismo ao Racismo e ao Sexismo, quando descreveu o mesmo como “como um preconceito contra um fato biológico que faz os humanos se sentirem superiores aos outros animais” (2013).

Porém, mesmo reconhecendo a capacidade de sentir dor e prazer dos animais não-humanos e assim, estabelecer uma semelhança entre as espécies animais, Singer não se opõe à utilização desses para determinados fins, desde que esses processos de utilização não causem sofrimento desacerbado ou um nível insuportável de crueldade. O mesmo afirma: “Nós mesmos estamos dispostos a sofrer um pouco de dor para obter os benefícios de uma vida prolongada”, em mesma entrevista concedida, em 2013.

De um outro lado, o movimento Abolicionista é mais extremista e propõe uma ruptura total com o antropocentrismo.

Tom Regan, representante do movimento Abolicionista, defende um posicionamento mais radical e discorre sobre o direito moral extensivo aos animais não-humanos. Regan (2006) define todos esses seres como “sujeitos de vida” e, nessa perspectiva, merecedores de respeito por direito e justiça, jamais por piedade ou compaixão. Ele acredita num desprendimento completo dos animais, numa liberdade que deveria ser natural, mas que seria conquistada, pois, tendo estes os mesmos direitos que os homens, não podem ser utilizados em função dos interesses humanos, assim, não passariam por testes ou experimentos, não seriam domesticados ou expostos para entretenimento, nem caçados ou abatidos para consumo. A convivência deve ser harmoniosa e respeitosa, entre todos os seres vivos deste planeta.

4. O DIREITO DOS ANIMAIS À LUZ DA LEGISLAÇÃO

Os maus tratos e a crueldade contra os animais têm preocupado vários grupos e entidades de Proteção Animal em todo o mundo. Em face disso, foi elaborada a Declaração da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO de proteção aos animais, proclamada no dia 27 de janeiro de 1978, para vários países, entre esses o Brasil. Entre seus artigos esta Declaração diz que:

Artigo 1º: Todos os animais nascem iguais diante da vida, e têm o mesmo direito à existência.

Artigo 2º:

- a) Cada animal tem direito ao respeito.
- b) O homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais, ou explorá-los, violando esse direito. Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço dos outros animais.
- c) Cada animal tem direito à consideração, à cura e à proteção do homem.

Artigo 3º:

- a) Nenhum animal será submetido a maus-tratos e a atos cruéis.
- b) Se a morte de um animal é necessária, deve ser instantânea, sem dor ou angústia.

Artigo 4º:

- a) Cada animal que pertence a uma espécie selvagem tem o direito de viver livre no seu ambiente natural terrestre, aéreo e aquático, e tem o direito de reproduzir-se.
- b) A privação da liberdade, ainda que para fins educativos, é contrária a este direito.

Artigo 5

- a) Cada animal pertencente a uma espécie, que vive habitualmente no ambiente do homem, tem o direito de viver e crescer segundo o ritmo e as condições de vida e de liberdade que são próprias de sua espécie.
- b) Toda a modificação imposta pelo homem para fins mercantis é contrária a esse direito.

Artigo 6º:

- a) Cada animal que o homem escolher para companheiro tem o direito a uma duração de vida conforme sua longevidade natural.
- b) O abandono de um animal é um ato cruel e degradante.

Artigo 7º: Cada animal que trabalha tem o direito a uma razoável limitação do tempo e intensidade do trabalho, e a uma alimentação adequada e ao repouso.

Artigo 8º:

- a) A experimentação animal, que implica em sofrimento físico, é incompatível com os direitos do animal, quer seja uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer outra.
- b) As técnicas substitutivas devem ser utilizadas e desenvolvidas.

Artigo 9º: Nenhum animal deve ser criado para servir de alimentação, deve ser nutrido, alojado, transportado e abatido em que para ele tenha ansiedade ou dor.

Artigo 10º: Nenhum animal deve ser usado para divertimento do homem. A exibição dos animais e os espetáculos que utilizem animais são incompatíveis com a dignidade do animal.

Artigo 11º: O ato que leva à morte de um animal sem necessidade é um biocídio, ou seja, um crime contra a vida.

Artigo 12º:

a) Cada ato que leve à morte um grande número de animais selvagens é um genocídio, ou seja, um delito contra a espécie.

b) O aniquilamento e a destruição do meio ambiente natural evam ao genocídio.

Artigo 13º:

a) O animal morto deve ser tratado com respeito.

b) As cenas de violência de que os animais são vítimas, devem ser proibidas no cinema e na televisão, a menos que tenham como fim mostrar um atentado aos direitos dos animais.

Artigo 14º:

a) As associações de proteção e de salvaguarda dos animais devem ser representadas a nível de governo.

b) Os direitos dos animais devem ser defendidos por leis, como os direitos dos homens.

4.1. Constituição Federal – Artigo 225 e Constituição Estadual da Paraíba – Artigo 227

A Constituição Federal de 1988 destina apenas um capítulo ao Meio Ambiente e neste encontra-se o Art. 225 que especifica, em seu “*caput*”, que um meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos. Mas, o que podemos entender como “ecologicamente equilibrado”? Na perspectiva, biocêntrica, a base atual para o melhor entendimento do âmbito legal – e logo, dos direitos dos animais – um meio ambiente ecologicamente equilibrado é aquele onde o homem e as demais espécies que compõem o nosso ecossistema possam conviver de forma respeitosa, objetivando a integridade e a perpetuação de suas vidas. Mesmo afirmando que o meio ambiente é um “bem de uso comum do povo”, a Carta Magna impõe tanto ao Póde Público quanto à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. E assim discorre sobre algumas incumbências, assegurando a efetividade desse direito.

Destacamos, pois, aquelas que respaldam este trabalho, contemplando as ideias aqui expostas:

Inciso V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

Inciso VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

Inciso VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

O primeiro inciso destacado fala sobre o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida. Aqui, podemos pensar nos experimentos desenvolvidos com animais, assim como também o leque de produtos que são testados nas mais diversas espécies animais: ratos, coelhos, gatos, cachorros etc. Este inciso nos faz refletir sobre o abatimento dos animais para consumo, a utilização desses no transporte de materiais recicláveis, enfim, em todas as atitudes que coloquem a qualidade de vida animal em “*xeque*”, levando em muitos casos à morte.

O inciso VII reforça o que foi dito no “*caput*” do Art. 225, que para proteger a fauna e a flora, e assim o meio ambiente ecologicamente equilibrado, condena qualquer prática que submetam os animais à crueldade. Sendo esta uma das nossas principais preocupações, junto com os maus-tratos, a crueldade destinada aos animais não-humanos, sendo estes considerados silvestres ou aqueles que já foram domesticados, mas que são parte integrante e indissociável do nosso biossistema.

Para finalizar a reflexão sobre o Art. 225, o inciso VI que nos traz à tona a relevância da educação ambiental na conscientização desse cuidado com o meio ambiente e pensando além, na importância da educação ambiental-animalista para a garantia do bem-estar e do direito dos animais. É perceptível que mesmo constando na Constituição Federal (1988) são poucas as escolas que exploram o tema dentro das dinâmicas escolares reservadas à educação ambiental. Os animais mencionados, muitas vezes, são aqueles que encontram-se em extinção, mas nada se fala sobre os que convivem diretamente conosco, e sofrem indiscriminadamente, as ações do homem.

E no estado da Paraíba, o que já foi conquistado em defesa dos animais? A Constituição do Estado da Paraíba (1989) destina o capítulo IV

para a proteção do meio ambiente e do solo, em que o Art. 227 muito se parece com o Art. 225 da Constituição Federal (1988): fala sobre o meio ambiente como uso do povo e essencial para a qualidade de vida, mas incube apenas ao Poder Público o dever de defendê-lo e protegê-lo. Destacamos alguns incisos deste artigo:

Inciso II – proteger a fauna e a flora, proibindo as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção da espécie ou submetam os animais à crueldade;

Inciso IV – promover a educação ambiental, em todos os níveis de ensino, e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

Inciso V – criar a disciplina educação ambiental para o 1º, 2º e 3º graus, em todo o Estado;

Inciso VI – preservar os ecossistemas naturais, garantindo a sobrevivência da fauna e da flora silvestres, notadamente das espécies raras ou ameaçadas de extinção.

4.2. Lei dos Crimes Ambientais – 9.605/98

Dez anos após a publicação da Constituição Federal, surge a necessidade de complementar e tornar ainda mais rigorosas as leis que regiam as barbáries cometidas pelo homem contra o meio ambiente, inclusive, contra os animais de outras espécies. A Lei dos Crimes Ambientais, lei 9.605/98, estabelece penalidades para as atrocidades que refletiam a relação displicente e descompromissada da humanidade com a natureza.

Os primeiros capítulos falam sobre disposições gerais, aplicação de penas, apreensão, ações e processos penais. O capítulo V é destinado aos crimes contra o meio ambiente e a seção I direcionada aos crimes contra a fauna, mais especificamente. Chamamos atenção para os seguintes artigos:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos;

Art. 37. Não é crime o abate de animal, quando realizado:

Inciso I – em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família;

Inciso II – para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente;

Inciso III – (VETADO);

Inciso IV – por ser nocivo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.

O primeiro artigo em destaque menciona não só os animais silvestres, mas também os animais domesticados, que são o destaque do nosso trabalho.

Neste artigo, fica nítida a criminalização de qualquer atitude abusiva, com caráter de crueldade, incluindo maus-tratos, ferimentos ou mutilação. Para estes crimes, a penalidade é detenção de três meses a um ano, e multa, podendo esta pena ser aumentada em um terço caso o animal morra decorrente das ações cometidas. Vale ressaltar que esta mesma penalidade é aplicada a quem realizar experimentos dolorosos ou cruéis em animal vivo, mesmo que para fins didáticos ou científicos, caso existam outros recursos.

Já o Art. 37 levanta polêmica, pois mesmo tendo sido esta lei criada para regulamentar os crimes ambientais e assim também os crimes contra os animais, ainda aceita o que para alguns – os defensores do Movimento Abolicionista, por exemplo – seria inadmissível: o abate animal.

4.3.. Código do Direito e Bem-Estar animal da Paraíba

Recentemente, mais precisamente no dia 25 de maio do corrente ano, a Assembleia Legislativa da Paraíba – ALPB aprovou por unanimidade o Projeto de Lei 934/2016, projeto de lei do Deputado Estadual Hervázio Bezerra, que institui o Código de Direito e Bem-Estar Animal da Paraíba, estabelecendo normas de proteção, defesa e preservação dos animais que devem ser cumpridas em todo o estado da Paraíba.

O Código foi fruto de diálogos com a sociedade e de diversos debates e reuniões com pessoas que se encontram engajadas na causa e na Proteção Animal, sob a liderança do professor do curso de Direito, Francisco José Garcia de Figueiredo, este também ativista da causa animal. O Código prevê penalidades a quem combate os maus-tratos e a crueldade animal, no estado. Este ainda estabelece que para promover o respeito à vida animal, são necessárias ações educativas ambientais em escolas públicas e privadas, incentivando a sociedade a refletir sobre os direitos fundamentais como garantia da dignidade e integridade não só humana, mas também não-humana.

Alguns trechos que merecem destaque no Código de Direito e Bem-Estar Animal da Paraíba, publicado no Diário Oficial do estado no dia 09/06/2018 próximo passado:

[...]

Art. 2º – Os animais são seres sencientes e nascem iguais perante a vida, devendo ser alvos de políticas públicas governamentais garantidoras de suas existências dignas, a fim de que o meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida dos seres vivos, mantenha-se ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Art. 3º – É dever do Estado e de toda a sociedade garantir a vida digna, o bem-estar e o combate aos abusos e maus tratos de animais.

Art. 4º – O valor de cada ser animal deve ser reconhecido pelo Estado como reflexo da ética, do respeito e da moral universal, da responsabilidade, do comprometimento e da valorização da dignidade e diversidade da vida, contribuindo para os livrar de ações violentas e cruéis.

[...]

Este importante instrumento jurídico pode servir para que se comece um trabalho de conscientização coletiva e para que se lute mais efetivamente por políticas públicas, voltadas à proteção e ao bem-estar de todas as espécies viventes do nosso estado.

5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ANIMALISTA

Neste capítulo refletiremos no que consiste a educação ambiental-animalista na contemporaneidade, e a importância de que este conceito seja discutido com os alunos nas salas de aula, entre os professores e a sociedade, uma vez que existe uma cisão entre educação ambiental e os animais. Pontuamos, ainda, no capítulo, a inexistência das políticas públicas para a questão animalista e salientamos o papel das Organizações não governamentais – ONG's e dos Grupos de Proteção animal na defesa e na reabilitação dos animais abandonados bem como a adoção futura destes.

5.1. O papel das escolas de educação básica na conscientização das crianças e jovens

A reflexão sobre quem são os animais não humanos não é nova e estava presente na filosofia bem antes da era cristã, mas só veio tomar impulso após a publicação do livro “Libertação Animal” de Peter Singer, em 1975. De acordo com Castellano e Sorrentino (2013) “A partir daquela década, o campo de estudos e da prática que abrange essas relações, tem se ampliado e realizado alguns avanços, tanto em seu amadurecimento teórico e conceitual, quanto como movimento social”.

Acreditamos que nos tempos atuais temos avançado de maneira lenta, pois pensar em animais ainda não é bem visto pela maioria das pessoas que desconhecem a sentiência dos animais e, mesmo na essência jurídica não possuem direitos, ou seja, não são considerados sujeitos de direitos. Se não são assim considerados podemos dizer que são considerados como objetos a serviço da raça humana.

As escolas públicas, de maneira geral, possuem projetos que enfocam a temática do meio ambiente, quase que exclusivamente em época em que se comemora a famosa semana do Meio Ambiente; no entanto não discutem as questões animalistas, a não ser o conhecimento simplório de que os animais

estão classificados em domésticos e selvagens e características físicas dos animais, se são mamíferos ou vivíparos, etc.

Desse modo, o trabalho com a questão ambiental é um tanto descontextualizado, e não problematiza questões como a poluição das águas, a destinação dos lixos, o reaproveitamento e o reuso dos materiais plásticos. Trabalha-se em sala de aula apenas questões teóricas de meio ambiente e não formam as consciências que desejamos para o futuro.

Por sua vez, os animais, inseridos no meio ambiente, são representados como figuras emblemáticas e ternas. Aparecem nas roupas de bebê, na decoração dos espaços infantis e nos desenhos animados de maneira completamente irreal. O abandono, os animais de rua, a crueldade que sofrem principalmente os animais de tração, ainda é desconhecido ou ignorado pela maioria das pessoas.

Desmistificar e trabalhar cientificamente o direito animal e a educação ambiental-animalista, é uma exigência dos tempos atuais. “É fundamental o investimento em ações pedagógicas, que abordem a garantia de direitos no âmbito da educação e a atual conjuntura sociocultural aponta para a emergência de novos paradigmas na relação homem-natureza”¹.

Devemos salientar a importância da discussão pedagógica sobre estas questões, envolvendo diversas situações cotidianas em rodas de conversa, em aulas de campo, enfim na convivência dos problemas emergentes do entorno da escola e das comunidades periféricas.

Temas que podem ser discutidos e problematizados no dia a dia escolar: maus tratos e abandono de animais; o uso dos mesmos para alimentação, fins científicos ou religiosos; os casos em que ocorrem crimes e as situações em que se deve proceder à denúncia, todos são aspectos que se pode trabalhar em todos os níveis da educação básica e nas universidades.

1 Retirado do Projeto de extensão “UFPB em seu Município” cujo título é: “Justiça animal na escola: capacitação de professores da educação básica de João Pessoa sobre o tema direito animal”, sob coordenação da Prof.^a Santuza Mônica de França P. da Fonseca.

5.2. O papel das ONG's e entidades de Proteção Animal em João Pessoa – PB

É importante salientar o relevante trabalho das organizações não-governamentais – ONG's na área da proteção animal em todos os recantos do país e no exterior.

As demandas com relação aos animais são imensas e o poder público não desempenha ou se omite diante da proliferação e do abandono de animais domésticos e de tração que impulsionam os veículos de tração. Os chamados VTAs. A inexistência de abrigos públicos e de hospitais veterinários mantidos pelos governos têm contribuído para tanto descaso e crueldade que diuturnamente surgem e são divulgados na mídia e nas redes sociais.

São as ONG's que, com muito custo e dependendo de doações de seus membros e terceiros afiliados e simpatizantes, suprem esta grande lacuna. A sociedade tem a tendência de entender erroneamente de que as ONG's são as maiores responsáveis pelo resgate e acolhida de qualquer animal abandonado, ou que estas recebem ajuda do governo para tal trabalho ou, ainda, que as ONG's possuem abrigos para que as pessoas descartem animais idosos ou doentes. Geralmente na maior parte dos casos as ONG's, no caso principalmente as que existem em nossa cidade, não dispõem de local específico ou quando possuem são as residências de seus próprios membros que abrigam os animais doentes ou sequelados. Pois é exatamente o contrário deste pensamento a grande questão que se coloca: as ONG's precisam da sociedade para cumprir suas demandas que, a princípio, são de responsabilidade do poder público e de toda a coletividade, como deixa claro a Constituição brasileira. Nisso consiste a grande participação social de uma organização não governamental.

Ainda vale mencionar que foi pela pressão de uma ONG, a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL AMIGO BICHO – APAAB², que se conseguiu, em 2009, a promessa do então Prefeito à época, Sr. Ricardo Coutinho, para a construção de um centro cirúrgico para esterilização de animais domésticos através do Centro de Controle de Zoonoses desta capital, ligado à Secretaria de Saúde do Município. Em 2012, quando Ricardo Coutinho estava se desligando da Prefeitura para concorrer ao Governo do Estado, é que a promessa veio a ocorrer efetivamente, em final de 2012, e as castrações iniciaram em abril de 2013 quando era prefeito o Sr. Luciano Agra. Este centro de esterilização se encontra localizado dentro do prédio do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) desta capital, ligado à Secretaria de Saúde do Município.

Houve bastante questionamento das entidades protetoras para que este centro cirúrgico fosse desvinculado da CCZ na época, porém a Prefeitura não atendeu e ele foi instalado em um anexo, no interior do CCZ. O que representa já de início um ponto controverso, e que nos faz indagar o porquê desses serviços de atendimento a animais serem vinculados à saúde humana e não ao meio ambiente como deveria ser. Se os animais não humanos estão inseridos numa área como meio ambiente, porque os serviços destinados a eles estão subordinados à saúde humana? A filosofia antropocêntrica determina os serviços destinados aos animais não humanos numa clara alusão de que a saúde do homem está em primeiro lugar. Esta é a política dos CCZ's que escolhem a morte do animal ao invés de criar formas de controle dos vetores das doenças, como por exemplo, dos insetos responsáveis pela grande demanda de doença zoonótica como, por exemplo, a leishmaniose visceral³.

2 A APAAB na época mencionada era a única ONG em João Pessoa com o status de ONG, devidamente registrada.

3 A Leishmaniose visceral conhecida popularmente como Calazar é transmitida pela picada de um mosquito conhecido por vários nomes como mosquito-palha, birigui, entre outros. Segundo a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) “trata-se de uma doença infecciosa não contagiosa que se apresenta com características clínicas e epidemiológicas diversas em cada área geográfica. [...] O parasito responsável pelas leishmanioses humanas é um protozoário que durante seu ciclo evolutivo necessita de hospedeiros vertebrados e de hospedeiros invertebrados (flebotomos). [...] O vetor das leishmanioses é sempre um flebotomíneo, que ao picar o indivíduo ou o animal parasitado retira junto com o sangue ou com a linfa intersticial as leishmanioses, que passarão a evoluir no interior do tubo digestivo, sofrendo muitas modificações. [...] O controle da doença é feito através do combate aos insetos por meio de inseticidas. Além disto, deve-se evitar os locais já sabidamente frequentados pelos

Como ressalta Levai (2004) o trabalho desenvolvido pelas ONG's (Organizações Não-Governamentais) se sobressai ao serviço oferecido, por exemplo, pelos CCZ (Centros de Controle de Zoonose). Estes adotam uma política sanitária que resume sua funcionalidade à perseguição e ao recolhimento dos animais nas ruas, causando a eles um sofrimento imensurável com o pretexto de assegurar a saúde pública. Já as ONG's, além de respaldarem sua luta no cumprimento efetivo das leis de proteção animal, por intermédio de ações pedagógicas voltadas à educação ambiental, ainda envolvem-se em programas de preservação das espécies ameaçadas, participam de campanhas de vacinação, esterilização e adoção dos animais errantes, orientando sobre a posse responsável, combatendo a crueldade e a exploração dos animais e amenizando os índices de violência e abandono.

Conseguimos até o momento da escrita da pesquisa listar as ONG's devidamente registradas existentes na cidade de João Pessoa. Além dessas, listamos também os Grupos de Proteção que não são registrados, entretanto atuam com muito vigor no resgate, reabilitação e adoção de animais de diversas espécies.

ONG's

- ADOTA JOÃO PESSOA (Presidente: Polyanna Dantas Batista)
- HARPIAS – Harmonia dos Protetores Independentes de Animais (Presidente: Lindally Gonzaga)
- MISSÃO PATINHAS FELIZES (Presidente: Andréia Medeiros)
- AJUDE ANJOS DE RUA (Presidente: Fabíola Resende)
- INSTITUTO PROTECIONISTA SOS ANIMAIS E PLANTAS (Presidente: Maribel Amengual)

- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL AMIGO BICHO – APAAB
(Presidente: Carlos Marccone de Luna)
- ASSOCIAÇÃO FÓRUM DE PROTEÇÃO E DEFESA ANIMAL da
PARAÍBA – AFEPRODA-PB (Presidente: Zélia Bora)

GRUPOS DE PROTEÇÃO

- PROTEÇÃO FELINA
- ADOTANDO – PROJETO DE ADOÇÃO DE CÃES E GATOS
- AMOR DE BICHO
- SOMOS TODOS ANJOS DO BEM
- PROJETO SOS ABANDONO JOÃO PESSOA
- ANIMAIS SOS
- SERUMANINHO PET SHOP
- BICHO A BESSA
- ANJOS DE PÊLOS
- ADOTE UM GATINHO EM JP
- ADOTE POR AMOR PB
- ADOTE UM ANIMAL JP
- ADOTE FOCINHOS JAMPA
- ADOTE UM AMIGO JP
- BAZAR FOCINHO E RABINHOS FELIZES
- ADOÇÃO E DOAÇÃO DE ANIMAIS – ADA JP
- ACÃOCHEGO
- PATINHA VOLUNTÁRIA
- AMIGOS DE ASSIS
- APRA – ANIMAIS PERDIDOS, ROUBADOS E ACHADOS JOÃO
PESSOA PB
- CLUBE VIRA-LATA PB
- PROTEÇÃO ANIMAL JOÃO PESSOA E TODO O BRASIL
- PROCURE 1 AMIGO

- ACALANTO ANIMAL

6. A PROBLEMÁTICA DO ABANDONO NO CAMPUS DA UFPB

O abandono de animais domésticos na cidade de João Pessoa tem sido um tema recorrente e debatido em várias instâncias de Proteção Animal. Entretanto uma questão bem difícil de ser resolvida sem políticas públicas efetivas e um amplo trabalho de conscientização de base educacional. Enquanto isso não ocorre centenas de animais que não podem ser resgatados vivem à sua própria sorte pelas ruas, passando fome e contraindo todo tipo de doenças e sendo vítimas da maldade humana.

Existe uma cultura que é praticada por muitas pessoas, independente de pertencerem a uma classe mais favorecida ou não, que é a de “descartar” animais indesejados, em sua maioria filhotes com suas mães ou não, animais idosos e doentes, animais doentes sem serem idosos e fêmeas prenhes nas feiras e mercados públicos e também na Universidade Federal da Paraíba. As pessoas com este tipo de prática abominável e criminosa partem do princípio de que eles, os animais que estão sendo abandonados, terão o sustento nesses locais de feiras e mercados, e os que são deixados na universidade se manterão devido aos “protetores” ali presentes que alimentam estes animais. Outro local “consagrado” pela população paraibana para o descarte de animais é o Centro de Controle de Zoonoses, que como o próprio nome diz é um local onde estão presentes muitas doenças, além das infecciosas também estão lá as doenças zoonóticas, aquelas que são transmitidas do animal não humano para o humano. Isso já é um agravante pois se o animal que é levado para lá estiver sadio poderá em algum tempo contrair os mais diversos tipos de viroses e ser encaminhado fatalmente para a “eutanásia”⁴.

4 A expressão eufemística “eutanásia” tenta aliviar outras expressões mais fortes como “sacrifício” ou “matança” que é a prática comum das CCZ em nome de proteger a saúde humana. No dizer de Levai (2004, p. 96) “A matança quase que indiscriminada dos animais recolhidos no CCZ não se confunde com eutanásia. Esta expressão somente se aplica na hipótese de haver um estado de sofrimento decorrente de enfermidade incurável. Como a maior parte dos animais ali aprisionados poderia, teoricamente, receber o devido tratamento veterinário e ser entregue à adoção, sua morte-longe de representar um alívio à dor- assemelha-se a um genocídio”.

O que a grande parcela da sociedade desconhece é que um animal não humano ou como se chama de “estimação”⁵, vai muito além da estimação apenas. É um compromisso com uma vida, com um ser imbuído de emoções, expectativas e sensibilidade (LEVAI, 2004).

Uma das primeiras iniciativas realizadas pela UFPB como inibição aos maus tratos a animais partiu de reivindicações de integrantes de ONGs e de Fóruns que também eram servidores desta instituição e que sempre estavam atentos ao socorro e atendimentos aos animais assassinados, atropelados e doentes no interior da universidade. A iniciativa redundou na colocação de placas em vários locais dentro do campus universitário mencionando que o “Abandono de animais é crime baseado na Lei Federal 9.605/98, art. 32”. Entretanto, faltavam as informações de que as denúncias deveriam ser dirigidas a tais e tais órgãos e à Polícia Ambiental. Essa iniciativa não surtiu efeito nenhum pois os abandonos continuaram e as placas que resistem permaneceram sem nenhuma utilidade mais efetiva.

Conviver com a falta de consciência da população e o alto número de abandono e maldade contra os animais na UFPB é uma problemática que vem crescendo a cada ano. Todavia, na transição para reitor, durante a campanha da primeira eleição da atual reitora, Prof.^a Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz, esta prometeu em uma reunião havida em sala da Central de Aulas, onde estiveram presentes vários representantes da APAAB, representantes do Fórum de Proteção e Defesa Animal da Paraíba e ativistas da causa animal, que na sua gestão os animais seriam atendidos e protegidos. O que se conseguiu a partir desta promessa foi a criação de uma Comissão de Bem-Estar Animal, em 2013, sem poder deliberativo, e em que seus membros apenas eram um nome em um “pedaço de papel”. Somente em 2016, se tornou de fato uma política interna da UFPB, porém ainda sem poder deliberativo.

Os atos de crueldade desferidos contra os animais que são domiciliados ali ou diuturnamente abandonados vem sendo acompanhados

5 Os animais que foram domesticados pelo ser humano, e ficaram próximos a ele, principalmente os cães e gatos, são inapropriadamente chamados de “estimação”, numa clara alusão à questão da posse humana com relação à sua vida e sorte. Isso denuncia o sentido de que os animais sempre foram considerados objetos de consumo e, por isso, podem ser descartados a qualquer hora.

mais de perto pela Comissão de Bem-Estar e Direito Animal e Enfrentamento do Problema de Abandono de Animais Domésticos nos *campi* da UFPB – CDBA/UFPB⁶, instituída pela Resolução 4/2016 do CONSUNI⁷. A referida Comissão é uma “política pública interna direcionada à defesa e proteção dos animais abandonados nos *campi* desta instituição e, também, encarregada de disseminar campanhas educativo-animalistas de difusão da senciência desses seres, buscando propiciar à população um despertar consciencial concernente ao respeito à vida [...]”⁸.

Para encerrar este capítulo, podemos afirmar que as resoluções de tantos abandonos podem ser minimizados e solucionados a médio e longo prazos, não apenas com os sistemas de segurança, com a conscientização das pessoas acerca da necessidade de esterilização de seus animais domésticos mas, sobretudo, com a educação de base de todas as gerações e, nesse ínterim, o Centro de Educação da UFPB tem seu papel maior e deve ser o protagonista desta missão no campo da dignidade dos animais e seu direito a uma vida decente.

6 A Comissão de Direito e Bem Estar Animal e Enfrentamento do Problema de Abandono de Animais Domésticos nos *campi* da UFPB-CDBA/UFPB, foi aprovada pela Resolução 04/2016 do CONSUNI, especificamente, para tratar dos caminhos a serem dados aos animais domésticos abandonados, mortos e maltratados nos *campi* desta Instituição, bem como idealizar e implementar políticas tendentes a disseminar o conhecimento acerca da senciência desses animais. Tem entre seus objetivos a) educar e conscientizar a comunidade paraibana e, em especial, a acadêmica, relativamente à importância, ao respeito, à proteção e à defesa dos direitos dos animais não humanos; b) promover as iniciativas adequadas à implementação dos direitos dos animais não humanos nos *campi* da UFPB, no Estado da Paraíba e, quando possível, em todo o território nacional, acompanhando-as até o final; c) denunciar a violação dos direitos dos animais não humanos nos *campi* da UFPB, em todo o Estado da Paraíba e, quando possível, em todo o território nacional. Neste sentido a CDBA/UFPB não tem poupado esforços no sentido de se buscar educar, ambientalmente falando, a população em geral, mormente aquela parcela que tem relação direta com os animais domésticos e silvestres. (Retirado do Documento endereçado ao Diretor do Centro de Educação Ofício 002 da CDBA/UFPB intitulado “Esclarecimentos acerca do papel institucional da CDBA/UFPB” em 29/05/2018).

7 Conselho Superior Universitário.

8 Retirado do Documento endereçado ao Diretor do Centro de Educação Ofício 002 da CDBA/UFPB intitulado “Esclarecimentos acerca do papel institucional da CDBA/UFPB” em 29/05/2018.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos de nós, humanos, ainda não nos conscientizamos do real valor que possui uma vida animal. Insistimos na ideia de que estes seres são ausentes de sentimentos e não sentem dor, sofrimento e nos devem obediência, servidão. As relações são feitas de interação, troca, e como dito no início, a alteridade é um princípio que deve ser levado em consideração não só nas relações humanas, mas naquelas entre animais não-humanos e humanos. Colocar-nos no lugar do outro é de intensa importância para abstrairmos a presença do homem no centro de todas as coisas e percebermos o ambiente ao nosso redor e aqueles que encontram-se nele, numa perspectiva biocêntrica.

Este trabalho surgiu com a necessidade de resgatar a reflexão sobre estas relações e sobre a relevância de esclarecer os direitos dos animais, desejando garantir-lhes o bem-estar, a integridade e a possibilidade de uma vida com qualidade e respeito aos seus interesses, reforçando a equidade das espécies.

Acreditamos que conforme estabelecido pela Constituição Federal e ratificado em outros documentos jurídicos, juntamente ao Estado, ao Poder Público, a sociedade tem a responsabilidade de preservar o espaço e proteger os seres vivos que estão nele inseridos. Esta deve, com o apoio de políticas públicas ou através de iniciativas particulares, promover uma educação ambiental-animalista com a função de incentivar o reconhecimento da sensibilidade e a compreensão dos movimentos que encontram-se atualmente ativos em defesa do bem-estar e contra ao maus-tratos dos animais.

Dentro de espaços escolares e acadêmicos os debates são ainda mais importantes. Por isso, objetivamos analisar os casos de abandono no Campus da UFPB – Universidade Federal da Paraíba, e claro, questionar sobre o que vem sendo feito em favor destes animais errantes.

As conquistas não podem passar despercebidas, como a constituição da CDBA/UFPB através da Resolução 04/2016 do CONSUNI; a instauração do NEJA/UFPB, parceria entre o CCJ – Centro de Ciências Jurídicas, e outros

centros de ensino como o CE, o CBIotec, entre outros. Externamente da UFPB, tivemos a criação da Comissão de Direito Animal da OAB/Paraíba e, mais recentemente, a aprovação do Código de Direito e Bem Estar Animal da Paraíba, publicado agora no momento das considerações finais deste trabalho, no Diário Oficial do estado no dia nove de junho do ano em curso e, com isso, os animais paraibanos passam a ter um lastro de proteção jurídica o que representa um passo enorme na história do Direito animal nesta região. Conforme palavras do Professor Francisco Garcia (mensagem de vídeo e áudio veiculado por *WhatsApp* nos grupos de proteção animal no dia 09/06/2018): “a partir de agora, todos nós que lidamos com os animais temos um documento jurídico de grande monta para então fazermos valer os direitos e a dignidade animal”.

Esperamos que este trabalho possa contribuir com as futuras pesquisas, os estudos que possam surgir sobre a temática e auxiliar, sobretudo, aqueles que lutam em favor dos direitos, do bem-estar ou do abolicionismo animal.

8. REFERÊNCIAS

CASTELLANO, Maria, SORRENTINO, Marcos. **Revista Brasileira de Direito Animal – RBDA**. Salvador. V. 08, nº 14, 2013. **Como Ampliar o Diálogo Sobre Abolicionismo Animal? Contribuições Pelo Caminho Da Educação e das Políticas Públicas**.

DARWIN, Charles. **Origem das Espécies**. Tradução de Anna Duarte. São Paulo: Martin Claret, 2018. 574 p.

Dicionário Online de Português. **Definição de Alteridade**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/alteridade/>. Acesso em 16 de abril de 2018.

Dicionário Online de Português. **Definição de Autonomia**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/autonomia/>. Acesso em 16 de abril de 2018.

DINIZ, Maria Helena. **Revista Brasileira de Direito Animal – RBDA**. Salvador, V.13. nº 01. p. 96-119, Jan-Abr, 2018. **Ato de crueldade ou de maus tratos contra animais: um crime ambiental**.

GIL, Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. - São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo Animal**. Salvador: Evolução, 2008.

_____. Espírito animal e o fundamento moral do especismo. In: **Revista Brasileira de Direito Animal**. v. 1, n.1, jan. 2006. Salvador: Instituto de Abolicionismo Animal, 2006.

FARIA, Ana Cristina de; CUNHA, Ivan da; FELIPE, Yone Xavier. **Manual Prático Para Elaboração de Monografias**: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 4ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2010.

LEVAL, Laerte Fernando. **Direito dos animais**. 2ª ed. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

Nações Unidas do Brasil, ONUBR. **ONU – Meio Ambiente lista seis questões ambientais para ficar de olho em 2018**. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/onu-meio-ambiente-lista-seis-questoes-ambientais-para-ficar-de-olho-em-2018/> Acesso em: 30 de maio de 2018.

REGAN, Tom. **Jaulas Vazias: encarando o desafio do direito dos animais**. Trad. Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2002.

SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução: Marly Winckler; Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 283.

_____. Peter. **Vida ética**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 54.